

Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX

1. A INDÚSTRIA PORTUGUESA PERANTE A INDÚSTRIA ESTRANGEIRA

1.1 A INDÚSTRIA EM PORTUGAL NOS FINS DO SÉCULO XVIII E INÍCIOS DO XIX

O desenvolvimento industrial pombalino¹, continuado, com ligeiras alterações², no período seguinte, provocou determinado surto na indústria nos finais do século XVIII e começos do XIX³. Este progresso pode detectar-se através do valor das exportações de artigos manufacturados para as colónias⁴, como tem sido salientado por vários autores. Tratando-se, embora, de uma indústria de antigo regime — manufactureira e pré-capitalista —, parecia, contudo, estarem reunidas as condições para o *take-off*⁵ que, *a priori*, se poderia ter concretizado nas primeiras décadas de Oitocentos. Todavia, tal não sucedeu,

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

¹ Ver: Jorge Borges de Macedo, *A Situação Económica no Tempo de Pombal. Alguns Aspectos*, Porto, 1951; *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1963; «Marquês de Pombal», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968, pp. 415-423; Jacome Ratton, *Recordações sobre as Ocorrências do Seu Tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2.ª ed., Coimbra, 1920.

² Luís Fernando de Carvalho Dias, *A Relação das Fábricas de 1788*, Coimbra, 1955, pp. 6 e segs.

³ Além dos trabalhos citados, ver: Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et monnaies au Portugal. 1750-1850*, Paris, Armand Colin, 1955, pp. 244-245; Sandro Sideri, *Comércio e Poder. Colonialismo Informal nas Relações Anglo-Portuguesas*, Lisboa, Cosmos, 1978; Fortunato de Almeida, *Subsídios para a História Económica de Portugal*, Porto, 1920, pp. 36-40. Sep. da *Revista de História*, vol. IX.

⁴ Enquanto a média anual do referido valor, entre 1796 e 1819, foi de 5 794 990 cruzados, nos anos de 1796 a 1804 atingiu os 9 041 806 cruzados (Adrien Balbi, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres États de l'Europe*, t. I, Paris, 1822, pp. 444-445).

⁵ W. W. Rostow, *Etapas do Desenvolvimento Económico*, 5.ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974, pp. 18-20.

para o que contribuíram várias circunstâncias⁶, das quais analisaremos apenas algumas.

1.2 O DOMÍNIO BRITÂNICO E A INDÚSTRIA PORTUGUESA

Precedendo e excedendo mesmo os efeitos nefastos das Invasões Francesas⁷, deve salientar-se a acção atrofiadora da já então desenvolvida indústria britânica⁸. Efectivamente, a Grã-Bretanha, ao guindar-se a uma posição privilegiada, após ter realizado a sua revolução industrial ainda na segunda metade de Setecentos⁹, já dispõe de condições — internas¹⁰ e externas¹¹ — que lhe permitem o domínio do mercado português no que respeita à exportação de artigos industriais¹². Acresce ainda que aquele país tinha absoluta necessidade de intensificar o escoamento dos produtos da sua indústria, a fim de consolidar as conquistas alcançadas na primeira fase da revolução industrial¹³. Recorde-se, contudo, não ter sido o domínio britânico o único elemento responsável pelo nosso subdesenvolvimento histórico¹⁴.

⁶ De natureza política, cultural, social, económica e mesmo militar.

⁷ Frequentemente consideradas, em escritos oitocentistas, como a causa fundamental da decadência da indústria nacional.

⁸ J. Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa* [...], pp. 233-247; S. Sideri, *op. cit.*, pp. 173 e segs., bem como toda a obra para o estudo da problemática geral das relações de dependência entre Portugal e a Grã-Bretanha.

⁹ Paul Mantou, *La révolution industrielle au XVIII^e siècle. Essai sur les commencements de la grande industrie moderne en Angleterre*, Paris, Génin, 1973; David S. Landes, *L'Europe technicienne. Révolution technique et libre essor industrielle en Europe occidentale de 1750 à nos jours*, Paris, Gallimard, 1975, pp. 62-174; J. D. Chambers, «Industrialisation as a Factor in Economic Growth in England, 1700-1900», in *Première Conférence Internationale d'Histoire Economique. Contributions*, Paris — Haia, Mouton & Co., 1960, pp. 205-215; T. S. Ashton, *A Revolução Industrial. 1760-1830*, 3.^a ed., Lisboa, Europa-América, 1974; W. O. Henderson, *A Revolução Industrial*, Lisboa, Editores Associados, s. d.

¹⁰ Entre as quais se salientava o apetrechamento técnico, sobretudo «o poder mágico da máquina de vapor» (José Acúrsio das Neves, *Variedades sobre Objectos Relativos às Artes, Commercio e Manufacturas, Consideradas Segundo os Principios da Economia Política*, t. II, Lisboa, Imprensa Régia, 1817, p. 112), auxiliado por uma poderosa marinha mercante (cf. Jorge de Macedo, *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*, Lisboa, Delfos, 1962, vários quadros sobre o movimento marítimo na barra do Douro).

¹¹ Por exemplo, a instabilidade política em Portugal após o bloqueio continental e as consequências das Invasões Francesas e do tratado de comércio (de 1810) com a Grã-Bretanha (sobre este ver: Francisco António Correia, *História Económica de Portugal*, vol. II, Lisboa, Tip. da Empresa Nacional de Publicidade, 1930, pp. 202-205; S. Sideri, *op. cit.*, pp. 187-188).

¹² Cf. J. de Macedo, *op. cit.*, p. 41.

¹³ Paul Bairoch, «Commerce international et genèse de la révolution industrielle anglaise», in *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, 28.^o ano, n.^o 2, Março-Abril de 1973, p. 570.

¹⁴ Armando Castro, *A Dominação Inglesa em Portugal. Estudo Seguido de Antologia. Textos do Século XVIII e XIX*, Porto, Afrontamento, 1972, pp. 29-30.

1.3 A CONCORRÊNCIA DE OUTROS PAÍSES ATÉ MEADOS DE OITOCENTOS

A concorrência estrangeira fez-se sentir de várias formas, desde a introdução de matérias-primas e produtos manufacturados até aos investimentos na indústria extractiva e transformadora, passando por uma certa monopolização da tecnologia mais avançada, ou mesmo pelo aniquilamento de estabelecimentos industriais já em laboração¹⁵. Como se pode averiguar através da análise da *Relação das Fábricas de 1788*¹⁶ e do *Mappa Geral Estatístico Que Representa as Fabricas do Reino [...]* (1814)¹⁷, os proprietários de oficinas ou fábricas com apelidos (e/ou nomes) aparentemente estrangeiros elevam-se a cerca de 20 % no primeiro caso e a 5 % no segundo¹⁸. Deste modo, tal como sucedera com a técnica e a mão-de-obra estrangeira¹⁹, também o número de capitalistas oriundos de outros países diminuiu no período pós-pombalino.

Não obstante a ocorrência de acontecimentos de extrema relevância nos anos 20 de Oitocentos — revolução de 1820²⁰ e independência do Brasil, em 1822 —, a situação da indústria portuguesa, em relação à estrangeira, não sofreu grandes alterações. Refiram-se, porém, as dificuldades surgidas na exportação de produtos manufacturados para o Brasil após a independência²¹ e as limitações de ordem burocrática e administrativa que continuavam a travar o progresso industrial²². Posteriormente, a fundação da Fábrica da Vista Alegre (1824)²³, a abolição das corporações²⁴ e a pauta de 1837 constituíram medidas de certo relevo, todavia insignificantes para obstar à concorrência estrangeira, sobretudo britânica²⁵, ainda que a

¹⁵ L. F. de Carvalho Dias, *op. cit.*, pp. 85-86.

¹⁶ *Id.*, *ibid.*, pp. 27-70.

¹⁷ J. Acúrsio das Neves, *op. cit.*, t. I, pp. 181-219.

¹⁸ Não excluimos a hipótese de alguns destes indivíduos serem portugueses, embora deversem constituir uma minoria no período que estudamos.

¹⁹ L. F. de Carvalho Dias, *op. cit.*, p. 25.

²⁰ Ver: Julião Soares de Azevedo, *Condições Económicas da Revolução Portuguesa de 1820*, 2.ª ed., Lisboa, Básica Editora, 1976; Fernando Piteira Santos, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, 2.ª ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1975.

²¹ Já antes de ter soado, nas margens do Ipiranga, o grito de «Independência ou morte» (7 de Setembro de 1822), as exportações manufactureiras para o Brasil haviam sofrido rudes golpes, nomeadamente com a abertura dos portos brasileiros aos navios de outras nações (1808) e com as várias medidas legislativas em prol da indústria brasileira, especialmente entre 1807 e 1822 (ver *História de Portugal*, dir. por Damião Peres, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935, p. 625).

²² Cf. *Arquivo da Assembleia da República*, cx. 44, docs. 12 e 108.

²³ João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *A Fábrica da Vista Alegre. O Livro do Seu Centenário. 1824-1924*, Lisboa, 1924; *A Fábrica da Vista Alegre. Apêndice ao Livro do Seu Centenário, 1824-1924*, Lisboa, 1924; *História de Portugal*, cit., vol. VII, pp. 637-638.

²⁴ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II: *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa, Palas Editora, 1973, p. 11.

²⁵ Reforçada a partir da própria intervenção militar na repressão do movimento popular da Patuleia, em 1847 («Guerra da Patuleia», in *Dicio-*

França também já observasse cuidadosamente o caso português²⁶.

1.4 PROTECCIONISMO E INDÚSTRIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Pelos meados de Oitocentos, com a Regeneração — «nome português do capitalismo», na tão conhecida e apropriada expressão de Oliveira Martins²⁷ —, entra-se numa nova fase das relações entre a indústria interna e a externa. A exemplo do que se vinha efectuando em diversos países da Europa ocidental²⁸, Portugal envereda por uma política económica de tendência livre-cambista, que vai vigorar, com algumas alterações restritivas, até 1892. Defendido por uns e atacado por outros, o livre-câmbio — adoptado a partir de 1852²⁹ — deu origem a vários escritos e polémicas³⁰. Alguns dos homens mais atentos à realidade industrial — Fradesso da Silveira, Oliveira Martins e outros — defendiam certo protecçionismo à indústria, pelo menos enquanto ela não estivesse à altura de competir com a sua congénere estrangeira. De igual modo, grande número dos industriais que responderam ao *Inquérito Industrial de 1881* queixavam-se da falta de protecção pautal às indústrias³¹. Evidentemente que a opinião da burguesia industrial, de cariz protecçionista, não era tão claramente partilhada por outros sectores³².

nário de História de Portugal, vol. III, 1968, pp. 318-322; Joel Serrão e Gabriela Martins, *Da Indústria Portuguesa. Do Antigo Regime ao Capitalismo. Antologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 47).

²⁶ Baseamo-nos na atenção e comentários do cônsul francês no Porto ao evoluir da situação setembrista (ver Albert Silbert, «Cartismo e Setembrismo. A vida política no Porto de 1836 a 1839, segundo os cônsules franceses», in *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972, pp. 187-209).

²⁷ *Portugal Contemporâneo*, II (9.^a ed.), Lisboa, Guimarães & C.^a Editores, 1977, p. 240.

²⁸ D. S. Landes, *op. cit.*, p. 277; Paul Bairoch, *Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIX siècle*, col. «Civilisations et Sociétés», 53, Paris-Haia, Mouton, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1976, pp. 39-61; Henri Denis, *História do Pensamento Económico*, 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1974, pp. 582-584.

²⁹ Pauta de 27 de Dezembro (suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 1, de 1 de Janeiro de 1853).

³⁰ Ver, entre outros trabalhos: Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Conflitos Ideológicos do Século XIX. O Problema Pautal*, Universidade de Coimbra, 1976; Joaquim Henriques Fradesso da Silveira e Duarte Gustavo Nogueira Soares, *A Liberdade de Commercio e a Protecção das Industrias*, Lisboa, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1862.

³¹ Apesar de a multiplicidade das respostas revelar que cada um pensava mais no problema específico do seu ramo que numa solução global (cf. Miriam Halpern Pereira, «Decadência ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português», in *Análise Social*, vol. XIV, n.º 53, 1978, p. 17).

³² A Associação dos Melhoramentos das Classes Laboriosas (Lisboa), por exemplo, abstinha-se de se pronunciar sobre a questão do livre-câmbio, visto que por dois modos pode afectar os seus membros, já como operários, já como consumidores» (*Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Directo. Depoimentos*, parte I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 305). (Nesta transcrição, como nas que se seguem, foi actualizada a ortografia.)

Em 1892, como que em resposta a algumas das questões abordadas no mencionado *Inquérito* — retomadas, em parte, no *Inquérito Industrial de 1890* —, e após o desencadear da grave crise de 1891-92³³, foi fixada uma nova pauta³⁴, marcadamente proteccionista, como acontecia noutros países europeus³⁵.

1.5 A CONJUNTURA INTERNACIONAL E A CONCORRÊNCIA

Do ponto de vista externo verifica-se que o frouxo desenvolvimento da indústria portuguesa e a precária protecção pautal (até 1892) foram circunstâncias habilmente aproveitadas por alguns países nas suas exportações para Portugal. Tal como havia sucedido à Grã-Bretanha, as nações mais industrializadas do continente europeu — Bélgica, França, Alemanha e Suíça³⁶ — e os Estados Unidos da América do Norte passaram a ter imperiosa necessidade de alargar os respectivos mercados externos, devido aos consideráveis progressos da sua indústria, especialmente a partir de meados do século XIX. Entra-se na fase da segunda revolução industrial, com as diversas inovações científicas e tecnológicas, particularmente nos domínios da química, da electricidade e da metalurgia³⁷.

A evolução verificada no centro do sistema económico mundial repercutia-se na periferia³⁸, da qual Portugal fazia parte.

³³ Armando Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, 3.ª ed., Porto, Limiar, 1976, pp. 141-145; «Crises económicas e financeiras», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 745. Sobre a crise noutros países ver: P. Bairoch, *Commerce extérieur* [...], cit., pp. 201-218; Maurice Niveau, *Histoire des faits économiques contemporains*, 4.ª ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1976, pp. 183-186; Valentim Vásquez de Prada, *História Económica Mundial*, vol. II, Porto, Livraria Civilização Editora, 1973, pp. 307-309.

³⁴ Datada de 10 de Maio (*Diário do Governo*, n.º 107, de 13-V-1892). Passado pouco tempo (20-XI-1892), já o representante diplomático da França em Lisboa escrevia que a indústria portuguesa, a mais protegida do mundo, não parecia ter tirado grande proveito dessa situação excepcional e que fora nomeada pelo Governo uma comissão para estudar o assunto das pautas, enquanto no jornal *Tempo* se expusera, havia pouco, a necessidade de rever as tarifas então em vigor (*Archives du Ministère des Affaires Étrangères*, «Correspondance consulaire et commerciale. Lisbonne. Juil. 1892-juin 1894», vol. 87, fls. 95-95 v.º).

³⁵ P. Bairoch, *op. cit.*, pp. 51-54 e 60.

³⁶ Id., *op. cit.*, pp. 127-145; D. S. Landes, *op. cit.*, 175-491; *L'industrialisation en Europe au XIX siècle. Cartographie et typologie*, Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique, publicado sob a direcção de Pierre Léon, François Crouzet e Richard Gascon, Paris, 1972, pp. 141-186, 187-200, 379-392 e 481-495.

³⁷ Maurice Baumont, *L'essor industriel et l'impérialisme (1878-1904)*, col. «Peuples et Civilisations», 3.ª ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1965, pp. 391-421; Charles Morazé, *Os Burgueses à Conquista do Mundo (1780-1895)*, col. «Rumos do Mundo», XII, Lisboa-Rio de Janeiro, Cosmos, 1965, pp. 255-284; Robert Schnerb, *Le XIX siècle. L'apogée de l'expansion européenne (1815-1914)*, col. «Histoire Général des Civilisations», 5.ª ed., t. VI, Paris, Presses Universitaires de France, 1968, pp. 136-145.

³⁸ Cf. Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World — Economy in the Sixteenth Century*, Nova Iorque-São Francisco-Londres, Academic Press, 1976, pp. 198 e segs.

Assim, um dos países complementares do Reino Unido³⁹ passa a despertar simultaneamente o interesse de outras nações, sobretudo no último quartel do século passado. Tratava-se, sim, de um pequeno país, mas que dispunha de importantes colónias em África, cuja partilha, na Conferência de Berlim (1884-85)⁴⁰, não deixa lugar a dúvidas sobre o extraordinário interesse e necessidade que as maiores potências industriais⁴¹ tinham de alargar os seus mercados e, fundamentalmente, de usufruir de mais vastas regiões, fontes de matérias-primas.

2. A INDÚSTRIA EM PORTUGAL E A CONCORRÊNCIA EXTERNA, SEGUNDO A CORRESPONDÊNCIA CONSULAR FRANCESA

No final do século XIX e inícios do XX⁴² verificou-se no País um novo surto industrial, enquanto se ia diversificando a concorrência externa, tanto na mãe-pátria como nas colónias. Tais motivos justificam, só por si, que dediquemos alguma atenção à correspondência consular remetida de Portugal para França⁴³. São vários os temas nela aflorados — situação económica e financeira, comércio, indústria, operariado, transportes, etc. —, embora tenham sido obviamente privilegiados os que mais se ligavam às relações franco-portuguesas⁴⁴.

2.1 ACERCA DA SITUAÇÃO GERAL DA INDÚSTRIA PORTUGUESA

A opinião quase generalizada dos cônsules era a de que a indústria em Portugal se encontrava pouco desenvolvida, sem embargo dos nítidos progressos alcançados na última década de Oitocentos, fundamentalmente na têxtil⁴⁵. O relativo surto industrial era frequentemente atribuído à protecção pautal

³⁹ O outro era a Dinamarca (P. Bairoch, *op. cit.*, pp. 262-270).

⁴⁰ Cf. M. Baumont, *op. cit.*, pp. 101-102; J.-B. Duroselle, *L'Europe de 1815 à nos jours. Vie politique et relations internationales*, Nouvelle Cléo, col. «L'Histoire et ses Problèmes», 38, 3.^a ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1970, p. 128.

⁴¹ Que nem sempre salvaguardavam o interesse das pequenas nações, do que a imprensa da época se fazia eco: «[...] a França, a Alemanha e a Inglaterra fazem partilha leonina dos territórios do Zaire, obtendo para si todas as vantagens e desconsiderando completa e absolutamente os direitos de Portugal.» (*O Conimbricense*, n.º 3890, de 2-XII-1884.)

⁴² De 1885-90 até, pelo menos, 1910-14 (Joel Serrão e Gabriela Martins, *op. cit.*, p. 23).

⁴³ A qual se encontra em Paris, nos *Archives Nationales (AN)* e *Archives du Ministère des Affaires Étrangères (AMAE)*.

⁴⁴ Deparando-se aos cônsules, por vezes, a falta de estatísticas (AN, «Portugal. 1860-1861», F12 6583, doc. de 19-XI-1854; AMAE, «Correspondance commerciale. Lisbonne. Juil. 1898-1899», vol. 91, fl. 212-212 v.º), recorriam aos elementos a que tinham acesso, de natureza oficial ou particular.

⁴⁵ AMAE, «Correspondance consulaire et commerciale. Lisbonne. 1897. Janv.-juil.», vol. 89, fls. 83 v.º-84; «Correspondance commerciale. Lisbonne. Août 1897-juin 1898», vol. 90, fls. 480 v.º-481.

— praticada desde o início daquela década ⁴⁶ — e, em alguns casos, ao aumento da exportação para o mercado colonial ⁴⁷. As informações, um tanto animadoras, sobre alguns domínios da indústria que começavam a desenvolver-se na transição do século XIX para o XX — têxtil, conservas e cortiça ⁴⁸ — são já bastante diferentes das transmitidas pelo cônsul francês no Porto, a propósito da Exposição Industrial desta cidade em 1891-92, aquando da visita que aí efectuou o rei D. Carlos ⁴⁹. Assim, informa o cônsul que, em todas as fábricas e cidades industriais visitadas pelo rei, nas mensagens que lhe foram dirigidas por operários «autênticos», só lhe pediam uma coisa: «[...] ne pas oublier l'état désastreux de l'industrie et la nécessité inéluctable de la protéger». E, após ter aludido à nova tarifa geral que acabava de se estabelecer ⁵⁰, acrescenta, com certa ironia: «Mais pour arriver à protéger une industrie encore faut-il qu'elle existe.» ⁵¹ Apreciação pessimista ou, pelo menos, reveladora de que a realidade industrial portuguesa era perspectivada, não na sua evolução histórica, mas antes em comparação com a de outros países fortemente industrializados. Vejamos (quadro n.º 1) alguns dados acerca da indústria portuguesa em 1896 ⁵².

Embora se desconheça qual o critério utilizado quanto aos estabelecimentos incluídos ⁵³, os números apresentados revestem-se de certo interesse, em virtude de constituírem um mapa-resumo que não se encontra, por exemplo, no *Inquérito Industrial de 1890*. Além disso, o confronto dos dados expostos com outros referentes a 1867 ⁵⁴ e a 1881 ⁵⁵ pode, pelo menos, elucidar-nos sobre a posição relativa de alguns ramos industriais

⁴⁶ AMAE, «Correspondance consulaire et commerciale. Lisbonne. 1900-1901», vol. 92, fl. 287.

⁴⁷ *Ibid.*, «Correspondance commerciale. Lisbonne. Août 1897-juin 1898», vol. 90, fls. 480 v.º-481.

⁴⁸ *Ibid.*, «Correspondance commerciale. Lisbonne. 1897. Janv.-juin.», vol. 89, pp. 267 v.º-268.

⁴⁹ AN, «Exposition Industrielle de Porto. 1891-1892», F12 7165.

⁵⁰ Como vimos já, em 10 de Maio de 1892.

⁵¹ *Ibid.*

⁵² Estes fazem parte de um estudo sobre a situação económica e financeira de Portugal, elaborado em resposta a uma circular (de 18 de Fevereiro de 1897) e remetido ao ministro dos Negócios Estrangeiros francês, com data de 27 de Julho de 1897.

⁵³ A análise dos números leva-nos, no entanto, a admitir terem-se considerado principalmente estabelecimentos da «grande indústria», isto é, «aquela em que, ao inverso [da 'pequena indústria'], o capital dos maquinismos, instalações e depósitos onera de um modo mais grave, relativamente, o preço dos produtos» (*Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Directo*, parte II, liv. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 12).

⁵⁴ Gerardo A. Pery, *Geographia e Estatistica Geral de Portugal e Colonias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 145 e segs.

⁵⁵ *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Indirecto*, parte III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 267-367 e, sobretudo, pp. 283 e 363-367. Entre as duas datas indicadas, a indústria portuguesa averbou alguns progressos, a que já se chamou «o salto dos anos 70» (M. Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Porto, A Regra do Jogo, 1976, pp. 270-301).

Situação de Portugal, do ponto de vista industrial, em 1896

[QUADRO N.º 1]

Sectores industriais	Número de estabelecimentos	Operários empregados	Média de operários por estabelecimento (a)
Algodão	125	11 732	94
Faianças	64	2 081	33
Chapelaria	40	1 698	42
Cortiça	70	4 380	63
Curtumes	70	865	12
Cutelaria	27	134	5
Conservas	76	4 653	61
Fundição de metais	74	2 717	37
Moagem (b)	54	1 417	26
Lãs	234	8 895	38
Papel	27	1 464	54
Refinação de açúcar	41	301	7
Sabão	24	211	9
Tabacos	4	4 776	1 194
Vidros	7	630	90
Total	937	45 954	49

Fonte: *AMAE*, «Correspondance commerciale. Lisbonne. 1897. Janv.-juil.», vol. 89, fls. 268-268 v.º.

(a) Cálculos nossos.

(b) No texto *moullins*, que não traduzimos à letra em virtude de, em face do seu reduzido número, a tradução adoptada nos parecer preferível.

naquelas datas, já que a provável divergência de critérios seguidos não permitirá tirar muitas conclusões acerca dos números propriamente ditos. Comparando, por exemplo, as indústrias dos curtumes e da cortiça — que tinham igual número (70) de estabelecimentos em 1896 —, verifica-se que, enquanto a primeira contava, em 1867, com 228 fábricas, a segunda apenas registava 15⁵⁶. Conjugando este elemento com o número de operários daquelas indústrias em 1896 — 865 na de curtumes, com uma média de 12 por estabelecimento, e 4380 na da cortiça, com uma média de 63 operários por unidade fabril —, é-se levado a concluir ter aquela regredido, enquanto esta registou consideráveis progressos. Restringindo-nos à análise do quadro, concluímos:

1. A indústria têxtil (algodão e lã), dos tabacos, das conservas e da cortiça eram as que mais se destacavam relativamente ao número de operários empregados, englobando 65,4 % do total.
2. Quanto ao índice de mão-de-obra por estabelecimento, salientava-se, de forma significativa, a indústria dos tabacos (1194), seguindo-se, a grande distância, a do

algodão (94) e a dos vidros (90), localizando-se depois um grupo constituído pelas indústrias da cortiça, das conservas, do papel e da chapelaria, cujos índices (entre 42 e 63) não se distanciam muito uns dos outros. Finalmente, as de curtumes, sabão, refinação de açúcar e outras apresentavam uma estrutura pouco diferente da oficial, com um índice médio de operários à volta de 10.

3. Registe-se, por último, o progresso e a importância já então patentes na indústria tabaqueira — que ultrapassava, então como mais tarde, o âmbito específico da indústria ⁵⁷ —, assim como na têxtil, sobretudo a do algodão, que continuaria a progredir até aos inícios do século XX.

2.2 ALGUNS SECTORES DA INDÚSTRIA

A indústria algodoeira, indissociavelmente ligada às primeiras fases da revolução industrial, e sobretudo às da revolução industrial inglesa ⁵⁸, continuou a exercer papel relevante no processo da industrialização levado a cabo por vários países ao longo do século passado. Mesmo naqueles onde os progressos industriais foram mais lentos, como em Espanha ⁵⁹ e Portugal, é de assinalar a importância daquela indústria.

Num estudo elaborado pelo cônsul francês no Porto (1913) e remetido ao ministro do Comércio e da Indústria de França ⁶⁰ indicam-se três períodos, entre 1887 e 1913, na evolução da indústria algodoeira em Portugal ⁶¹. Dos vários elementos apresentados (quadro n.º 2) concluímos ter-se processado um desenvolvimento invulgar neste ramo da indústria, especialmente entre 1887 e 1899.

⁵⁷ Ver: «Indústria do tabaco», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, 1971, pp. 105-107; Raul Esteves dos Santos, *Os Tabacos. Sua Influência na Vida da Nação*, 2 vols., Lisboa, Seara Nova, 1974; AN, «Extrait d'une lettre de M. de Serpa sur les finances portugaises», F30 320.

⁵⁸ P. Bairoch, «Commerce international et genèse de la révolution industrielle anglaise», cit., p. 563. Além das obras de carácter geral citadas (nota 9), ver S. D. Chapman, *The Cotton Industry in the Industrial Revolution*, Londres e Basingstok, The Macmillan Press Ltd., 1977.

⁵⁹ Gabriel Tortella Casares, *Los orígenes del capitalismo en España*, 1.ª ed. rev., Madrid, Tecnos, 1975, pp. 201-242; Jordi Nadal, *El fracaso de la revolución industrial en España, 1814-1913*, Barcelona, Ariel, 1975, pp. 188-225.

⁶⁰ Datado de 14 de Abril de 1913 (AN, «M. Revelli, Consul de France à Porto, à Monsieur le Ministre du Commerce et de l'Industrie. Envoi d'une étude sur l'industrie cotonnière au Portugal», F12 7271).

⁶¹ «1.º — de 1887 à 1891; 2.º — de 1892 à 1899 (c'est en 1892 que fût appliqué pour la première fois le tarif douanier actuellement en vigueur); 3.º — de 1900 à ce jour (c'est en 1900 que commençât à se manifester la crise du marché des Colonies d'Afrique, dont les fâcheux effets se font encore sentir maintenant)» (doc. cit. na nota anterior). Note-se que, apesar da observação feita sobre o 2.º período, o autor do estudo em análise não considera a pauta proteccionista de 1892 a única responsável pelo surto industrializante que se lhe seguiu, mas também o «ágio do ouro», como revela noutra parte do seu trabalho. Ver, acerca deste assunto, M. Villaverde Cabral, *op. cit.*, p. 275.

Indústria algodoeira (a)

[QUADRO N.º 2]

Ano	Número de grandes estabelecimentos de fiação e tecelagem	Capital (em contos de réis)		
		Social (b)	Imóveis e material	Outro (c)
1887	8 (d)	2 555	2 698	1 027
1891	10	4 711	4 649	1 909
1899		5 844	7 220	

Fonte: AN, «M. Revelli, Consul de France à Monsieur le Ministre du Commerce et de l'Industrie. Envoi d'une étude sur l'industrie cotonnière au Portugal», F12 7271.

(a) Quadro elaborado por nós.

(b) Acções e obrigações.

(c) Matérias-primas, produtos manufacturados, dívidas às empresas e valores em caixa.

(d) E mais 2 em construção.

Os 10 estabelecimentos (incluindo os que se encontravam em construção) existentes em 1887 pertenciam todos a sociedades anónimas⁸², sendo ainda de salientar — como faz o autor do estudo — o facto de, havendo apenas mais 2 fábricas em 1891 que em 1887, o capital social e em imóveis e material quase ter duplicado, o que se voltou a verificar, quanto a este último, entre 1891 e 1899. O desenvolvimento da indústria algodoeira pode ainda constatar-se através do rápido aumento do valor da exportação de tecidos de algodão para as colónias africanas, na última década de Oitocentos, a qual absorvia quase a totalidade das exportações desses tecidos (quadro n.º 3).

Exportação de artigos de algodão para as colónias portuguesas da África ocidental

[QUADRO N.º 3]

Ano	Exportação total de tecidos de algodão (em contos de réis)	Exportação para as colónias portuguesas da África ocidental (em contos de réis)	Percentagem
1891	107	100	93,5
1892	278	277	99,6
1896	1 101	1 035	94
1897	1 360	1 254	92,2
1898	2 435	2 307	94,7
1899	2 578	2 377	92,2

Fontes: «Mapas das principais mercadorias exportadas e importadas», vols. 1880-1900, apud Miriam Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1971, p. 269 (exportação total de tecidos de algodão); AN, «[...] Étude sur l'industrie cotonnière au Portugal», F12 7271 (exportação para as colónias portuguesas da África ocidental).

⁸² Continuava assim a alastrar a «espécie de epidemia de formação de sociedades anónimas» (*Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Directo*, parte II, liv. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 86), como, aliás, viria a acontecer nos anos seguintes até 1914 (A. Castro, *op. cit.*, pp. 80 e segs.).

Por último observamos o quadro n.º 4, relativo a dividendos e lucros, do qual é possível tirar algumas ilações.

Dividendos e lucros da indústria algodoeira em Portugal

[QUADRO N.º 4]

Anos	Dividendos (em réis)	Perce- tagem	Lucros (em réis)	Perce- tagem
1887	237 648 000	10,44	411 046 182	18,06
1888	220 548 000	8,25	357 685 181	13,38
1889	208 706 000	7,14	286 829 371	9,81
1890	189 153 000	5,71	265 350 965	8,02
1891	198 961 000	4,74	284 811 340	7,11
1892	135 120 000	3,24	197 355 110	4,73
1893	194 865 000	4,67	297 731 657	7,14
1894	215 869 000	5,15	396 682 174	9,46
1895	287 017 000	6,71	602 803 276	14,29
1896	280 137 000	6,48	487 222 435	11,27
1897	270 752 000	6,26	507 511 505	11,74
1898	394 750 000	9,05	835 489 217	19,17
1899	406 182 000	8,81	824 263 465	17,19
1900	227 417 000	4,93	606 387 447	13,15
1901	35 000 000	0,75	15 760 375	0,33
1902	70 530 000	1,48	177 352 227	3,72
1903	135 936 000	2,85	350 937 041	7,36
1911	148 425 000	2,66	325 666 854	6,03
1912	172 725 000	3,05	452 822 983	7,98

Fonte: AN, «M. Revelli, Consul de France à Porto, à Monsieur le Ministre du Commerce et de l'Industrie. Envoi d'une étude sur l'industrie cotonnière au Portugal», F12 7271.

Da análise dos números transcritos ressaltam os seguintes pontos:

1. Os elevados lucros auferidos pelos industriais do sector algodoeiro, principalmente nos anos de 1887-89 (9,81 % a 18,06 %) e de 1894-1900 (9,46 % a 19,17 %).
2. As repercussões da crise de 1891-92 no sector, com a sua maior incidência em 1892⁶³, seguindo-se uma rápida recuperação nos anos imediatos⁶⁴.

⁶³ Para o agravamento da crise contribuiu a concorrência externa, pelo facto de fabricantes estrangeiros, prevendo a subida dos direitos aduaneiros em 1892, terem introduzido no País, nos últimos meses de 1891, grande quantidade de tecidos de algodão (AN, doc. cit.).

⁶⁴ Estaremos em presença de mais um exemplo de surto de industrialização na sequência de uma crise comercial e consequente baixa de preços? É possível que estudos posteriores venham a confirmar a validade da referida alternância — crise comercial/industrialização — também para este período, tal como foi verificada até meados de Oitocentos por V. Magalhães Godinho (*op. cit.*, pp. 243 e segs.). Por enquanto, apenas podemos formular essa hipótese, como já foi feito em relação à década de 70 (Joel Serrão e Gabriela Martins, *op. cit.*, p. 23 e nota 2), não obstante M. Halpern Pereira se ter já pronunciado em seu favor (*op. cit.*, p. 358 e nota 15).

3. A nova e violenta crise nos inícios deste século, bem patentes já em 1901⁶⁵.

O estudo que temos vindo a seguir termina com um elogio aos Portugueses⁶⁶, o que é verdadeiramente invulgar na documentação que consultámos, ao mesmo tempo que indica a proveniência dos dados estatísticos apresentados⁶⁷.

A indústria dos lanifícios mereceu também, ainda que de forma breve, a atenção dos cônsules. No já nosso conhecido relatório sobre a Exposição Industrial do Porto (1891-92)⁶⁸, o seu autor observava que havia várias fábricas de tecidos de lã, mas que produziam artigos muito grosseiros, mal tingidos e com desenhos vulgares, acrescentando, contudo, ser o equipamento excelente. Indica seguidamente os preços de vários artigos de lã, de acordo com a tabela de um expositor⁶⁹. Noutro documento alude-se aos progressos feitos pela referida indústria desde 1892 — devido ao aumento das exportações para as colónias —, bem como à Covilhã, o centro de tecelagem mais importante, e, por fim, ao facto de os tecidos de lã serem — segundo o cônsul francês — copiados de modelos franceses e ingleses⁷⁰.

Não obstante os progressos verificados na indústria dos lanifícios, o número de 234 estabelecimentos⁷¹ existentes em 1896, com uma média de 38 operários cada um, revela que ainda havia nessa altura muitas unidades de pequena dimensão. Por outro lado, também possuímos vários testemunhos acerca da inferior

⁶⁵ Alguns dados posteriores a esta data (até 1913) serão por nós utilizados no trabalho sobre a indústria no distrito de Coimbra, em preparação.

⁶⁶ «[...] cette étude nous a permis de constater que les Portugais ne sont pas seulement négociants habiles et intelligents, ils savent aussi profiter des progrès obtenus par les industriels des autres pays, se les assimilent assez rapidement et ne se laissent pas décourager par les difficultés qu'ils rencontrent pour arriver à une émancipation relative ou point de vue économique.» (Doc. cit.)

⁶⁷ Lê-se em nota manuscrita no fim do estudo: «Les statistiques qui figurent dans ce travail sont été obligeamment fournies à l'auteur par M. Luiz Firmin d'Oliveira, membre de l'Association Industrielle de Porto et Président de la Section de Filature et le tissage.» (Doc. cit.)

⁶⁸ Cf. nota 49.

⁶⁹ «Casimir d'hiver	n.º	1 à 13	2 800 r [réis]	le	m.
» de printemps	»	14 à 20	2 000 r	»	»
Edredon d'hiver	»	21 à 23	2 800 r	»	»
Paletot	»	24 à 28	2 000 r	»	»
Cheviots	»	29 à 40	2 000 r	»	»
Flanelle	»	41	2 000 r	»	»
Crêpe	»	42 à 43	1 100 r	»	»
			700 r	»	»
Montagnac			2 000 r	»	»

(Id., *ibid.*)

⁷⁰ *AMAE*, «Correspondance commerciale. Lisbonne. Août 1897-juin 1898», vol. 90, fls. 480 v.º-481.

⁷¹ Em 1916 já se calculava o número de fábricas só em 160, 88 das quais no concelho da Covilhã (Francisco Pereira de Moura *et al.*, *Estudo sobre a Indústria Portuguesa. II Congresso da Indústria Portuguesa*, Lisboa, 1957, p. 115).

qualidade dos tecidos, pelo que os melhores tinham de se importar ⁷².

A indústria da seda encontrava-se decadente, na sequência do que vinha sucedendo desde os começos do século XIX, após ter atingido certo desenvolvimento na transição de Setecentos para Oitocentos, particularmente na província de Trás-os-Montes ⁷³. O tratado com a França (1866), reduzindo os direitos da importação do fio de seda, levou os fabricantes de retrós do Porto a dirigirem uma representação à Câmara dos Deputados da qual constam alguns elementos relativos a este ramo ⁷⁴.

Para a chapelaria encontramos a informação de que se tratava, em parte, de uma indústria «factícia», já que o maior número dos elementos nela utilizados provinha do estrangeiro, tal como sucedia com a indústria de guarda-chuvas, relógios e fósforos ⁷⁵. Contra esta havia ainda a concorrência interna, visto existirem umas 40 fábricas a praticarem preços que já não eram compensadores ⁷⁶.

2.3 A «LUTA» DA CONCORRÊNCIA EXTERNA EM PORTUGAL

Na segunda metade do século XIX — e muito especialmente no último quartel — assiste-se a uma crescente disputa do mercado português por diversos países, em prejuízo do domínio até então exercido quase exclusivamente pela Grã-Bretanha, que, aliás, continuava a ocupar o primeiro lugar nas relações comerciais com o nosso país. Observemos a correspondência consular remetida para França — um dos países concorrentes — sobre este assunto. Num relatório sobre o comércio externo português (1893-97) ⁷⁷ encontram-se vários quadros estatísticos, dentre os quais escolhemos um (quadro n.º 5).

Se o período limitado de dois anos não permite uma visão diacrónica da evolução das importações indicadas, já o seu valor relativo merece alguma atenção. Assim, a elevada percentagem da importação de matérias-primas ⁷⁸ (37,7 % do total em 1896

⁷² AMAE, «Correspondance commerciale. Porto. Octobre 1899?septembre 1900», vol. 9, fl. 144.

⁷³ Fernando de Sousa, «A indústria da seda em Trás-os-Montes (1790-1813)», in *Revista de História Económica e Social*, 2, Julho-Dezembro de 1978, pp. 59-73; J. M. Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos Fins do Século XVIII, Segundo um Manuscrito de 1796*, cap. III, no prelo.

⁷⁴ «Na falta de inquéritos e estatísticas exactas e fiéis, poderá calcular-se que nas operações de dobar, tecer, tingir e emaciar o retrós se ocupam hoje no Porto perto de mil e duzentos operários de ambos os sexos, vencendo salários no valor aproximado de quarenta contos de réis e criando mais de vinte mil quilogramas de retrós, com um valor de perto de quatrocentos contos de réis» (AN, «Protestation des fabricants de fil de sole de Porto, contre le traité avec la France», F12 6583).

⁷⁵ «On peut dire que tout article composé de plus de deux éléments en reçoit un de l'étranger» (AN, «Exposition Industrielle de Porto. 1891-1892», F12 7165).

⁷⁶ Id., *ibid.*

⁷⁷ AMAE, «Correspondance commerciale. Lisbonne. Août 1897-juin 1898», vol. 90, fls. 474-482.

⁷⁸ Grupo 2.

e 36,5 % em 1897), bem como das máquinas e produtos manufacturados ⁷⁹ (25,4 % em 1896 e 23,9 % em 1897), leva-nos a concluir que, a despeito dos progressos já alcançados, a nossa indústria estava ainda em situação de considerável dependência do estrangeiro, o que é confirmado pelo valor das exportações portuguesas ⁸⁰.

Importação de mercadorias destinadas ao consumo (a)
(Valor em mil réis)

[QUADRO N.º 5]

Mercadoria	1896	1897
1. Animais vivos	2 499 922	2 667 877
2. Matérias-primas para as artes e as indústrias	14 884 838	14 757 938
3. Fio, tecidos, feltros e seus derivados ...	5 263 631	4 924 222
4. Substâncias alimentares	12 023 021	13 250 085
5. Aparelhos, instrumentos e máquinas ...	1 827 973	1 879 553
6. Objectos manufacturados	2 956 471	2 874 646
7. Embalagens	74 762	71 616
Total	39 530 618	40 425 937

Fonte: *AMAE*, «Correspondance commerciale. Lisbonne. Août 1897-juin 1898», vol. 90, fl. 476.

(a) O autor separou estes valores dos da importação total — que incluem também a reexportação e o trânsito internacional —, a qual atingiu 49 585 contos de réis em 1896 e 50 630 em 1897.

Em Portugal, os principais países concorrentes eram: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica, Estados Unidos da América do Norte e Brasil ⁸¹. Consoante o desenvolvimento atingido em determinado tipo de fabrico e/ou os preços dos respectivos produtos — não esquecendo embora a influência de outros factores ⁸² —, assim as importações portuguesas provinham dum ou doutro país. Por este facto, a maior parte das máquinas vinha da Inglaterra, Bélgica e Alemanha — que praticavam preços contra os quais os Franceses dificilmente podiam lutar — o papel de certa qualidade era fornecido sobretudo pela Alemanha e pela França, enquanto as confecções e perfu-

⁷⁹ Grupos, 3, 5 e 6.

⁸⁰ Em 1896, por exemplo, tendo Portugal exportado mercadorias no valor total de 26 138 677 (valores em mil réis), às matérias-primas coube o valor de 5 242 957 e aos produtos manufacturados, máquinas, aparelhos, etc., o de 2 919 846, o que equivale, respectivamente, a 20 % e a 11,2 % (*AMAE*, «Correspondance commerciale. Lisbonne. Août 1897-juin 1898», vol. 90, fl. 479 v.º).

⁸¹ Sobre o comércio externo de Portugal com estes países ver M. Halpern Pereira, *op. cit.*, pp. 295-315.

⁸² Como exemplo aponte-se o facto de dois engenheiros franceses, que dirigiam respectivamente a Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro e o Arsenal de Lisboa (1897-98), terem contribuído significativamente para o aumento das importações de França no que se relacionava com material ferroviário e de construção naval (*AMAE*, «Correspondance commerciale. Lisbonne. Août 1897-juin 1898», vol. 90, fl. 478 v.º).

maria eram importadas essencialmente deste último país⁸³. Segundo a apreciação do diplomata francês, tornava-se necessário «lutar» principalmente contra a Inglaterra, que continuava em primeiro lugar — embora as suas exportações para o nosso país se encontrassem em regressão⁸⁴ —, a Alemanha, o Brasil, os Estados Unidos e a Espanha, cujo comércio registava nítidos progressos⁸⁵. A França, por seu turno, via piorar a sua posição perante os concorrentes, tendo passado de terceiro lugar (1891) para quarto (1894) e, finalmente, para sexto (1897). Tal facto resultava, segundo o cônsul, não de uma inferioridade do comércio francês, mas sim de se importar de França quantidade apreciável de artigos de luxo, dos quais se podia prescindir facilmente e cujo consumo havia sido reduzido em virtude da precária situação financeira do País, caracterizada, por exemplo, pela desvalorização da moeda desde 1892⁸⁶.

3. O DESFASAMENTO TECNOLÓGICO E A INSTRUÇÃO PROFISSIONAL

3.1 CONTACTOS COM A INDÚSTRIA ESTRANGEIRA

Os progressos tecnológicos alcançados durante o período da revolução industrial inglesa desde cedo interessaram alguns

⁸³ Em 1896, a distribuição das importações (comércio especial), por cada país, fazia-se do seguinte modo:

Países	Contos de réis
Inglaterra	12 176
Alemanha	5 624
Estados Unidos	4 420
França	3 858
Espanha	3 844
Rússia	1 985
Brasil	1 624
Bélgica	1 361
Colónias portuguesas de África	1 067
Suécia	1 019
Total	36 958

Fonte: *AMAE*, «Correspondance commerciale, Lisbonne, 1897. Janv.-juil.», vol. 89, fl. 265.

⁸⁴ Já em 1890, aquando das tensões entre Portugal e a Inglaterra em consequência do Ultimato, o cônsul da França em Lisboa sugeria aos fabricantes e produtores franceses que aquela seria uma boa altura para intensificar as relações comerciais com Portugal, aproveitando a oportunidade do corte de relações de muitos comerciantes com os Ingleses (*AMAE*, «Correspondance consulaire et commerciale. Lisbonne. 1890-1892», vol. 86, fl. 7).

⁸⁵ *AMAE*, «Correspondance commerciale. Lisbonne. Août 1897-juin. 1898», vol. 90, fl. 478 v.º.

⁸⁶ O câmbio estava, em 1892, a 720 réis por 3 francos. Depois de numerosas flutuações encontrava-se, em Abril de 1898, a 820 réis por 3 francos (id. *ibid.*, fls. 475 v.º-476). No relatório sobre a Exposição Industrial do Porto de 1891-92, já citado (nota 49), pode ler-se acerca do câmbio:

Avant la crise actuelle le change était à 180 réis pour franc, il est maintenant à 233 r. Je crois qu'en estimant le franc à 200 r. on pourra se donner une idée de la valeur des objets, ainsi que des salaires des ouvriers.

portugueses que deles tiveram conhecimento⁸⁷. Entre outros, podem referir-se o P.^o Pinto, português residente em França⁸⁸, Vandelli⁸⁹ e, especialmente, Acúrsio das Neves⁹⁰, que acompanharam o evoluir da tecnologia noutros países⁹¹. Porém, a aplicação das transformações operadas na indústria à realidade portuguesa era dificultada por motivos de vária ordem⁹².

A partir de meados do século passado, devido, entre outros factores⁹³, a uma maior consciencialização das diferenças de desenvolvimento entre a indústria portuguesa e a estrangeira, intensificaram-se os contactos com outras nações. Assim, em 1850 foram solicitadas aos diversos consulados portugueses informações sobre vários assuntos⁹⁴, incluindo a indústria⁹⁵. Das respostas obtidas⁹⁶ verifica-se serem escassos os elementos sobre a indústria, em certos casos, por incapacidade dos serviços consulares⁹⁷, noutros, devido à carência de estatísticas⁹⁸ ou ao facto de os industriais, temendo a concorrência, se recusarem a fornecer dados⁹⁹.

Outras formas de contacto foram efectuadas por comissões que se deslocaram ao estrangeiro aquando da realização de exposições universais¹⁰⁰. As minuciosas instruções transmitidas

⁸⁷ Quanto ao período anterior, ver: Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte I, t. I (1695-1735), Rio de Janeiro, 1952, pp. 273-321; Luís Ferrand de Almeida, «O engenho do Pinhal do Rei no tempo de D. João V», in *Revista Portuguesa de História*, t. x, 1962, pp. 203-212; «Um construtor naval inglês em Portugal (1721-1723)», *ibid.*, pp. 259-267; Bento de Moura Portugal, *Inventos e Varios Planos de Melhoramentos para Este Reino, Escriptos nas Prisões da Junqueira*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1821, p. LII.

⁸⁸ J. Acúrsio das Neves, *op. cit.*, t. II, pp. 83-87.

⁸⁹ Domingos Vandelli, «Memoria sobre a preferencia que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fabricas», *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. I, Lisboa, 1789, p. 250. Já citado por J. Borges de Macedo, *op. cit.*, p. 218.

⁹⁰ *Op. cit.*, t. II, pp. 41-112.

⁹¹ Ver J. Borges de Macedo, *op. cit.*, pp. 217-229.

⁹² Recorde-se a reduzida aplicação da máquina de vapor à indústria até meados de Oitocentos (Joel Serrão, *Temas Oitocentistas*, Lisboa, 1959, p. 118).

⁹³ Como o próprio contexto político, cultural e socioeconómico da Regeneração.

⁹⁴ Comércio externo, navegação, moeda, agricultura, etc.

⁹⁵ Do quesito 9.^o constava: «Fábricas, seu estado de prosperidade ou decadência, beneficio que concedem aos compradores, máquinas de que fazem uso, sua denominação, vantagem que oferecem e seu custo aproximativo.» (Circular de 9 de Abril de 1850, in *Diário do Governo*, n.º 278, de 25-XI-1850.)

⁹⁶ Começadas a publicar no *Diário do Governo* em Novembro de 1850, o maior número apareceu em Dezembro daquele ano e Janeiro do seguinte e as restantes em Fevereiro e Março imediatos.

⁹⁷ Por falta de pessoal especializado para tratar do assunto: consulado de Liverpool e vice-consulado de Cork (*Diário do Governo*, n.º 290, de 9-XII-1850, e n.º 292, de 11-XII-1850).

⁹⁸ Consulado de Génova (*Diário do Governo*, n.º 51, de 28-II-1851).

⁹⁹ Consulados de Génova (*Diário do Governo*, n.º 51, de 28 de Fevereiro de 1851) e Londres (*ibid.*, n.º 278, de 25-XI-1850).

¹⁰⁰ Estas eram, ao tempo, reputadas de grande interesse: «O que não se discute, porque não se pode contestar, é a utilidade que resulta, para

a algumas dessas comissões revelam particular interesse pelo sector industrial. Desta forma, a comissão enviada à Exposição de Londres (1862) fora incumbida de apresentar relatórios especiais sobre diversos assuntos, entre eles os «melhoramentos em relação à mecânica industrial, tendo principalmente em vista os motores, as máquinas de fiação e tecelagem, o material de caminho-de-ferro e de fabricação de carruagens e meios de transporte pelas estradas ordinárias»¹⁰¹. Algumas vezes, as comissões excediam mesmo o desempenho das funções para que tinham sido expressamente nomeadas¹⁰².

Mas nem só em tempo de exposições se deslocavam portugueses ao estrangeiro, a fim de estudarem assuntos relacionados com a indústria. Fradesso da Silveira¹⁰³, António José Arroio¹⁰⁴ e Jaime Batalha Reis¹⁰⁵ constituem alguns exemplos dos que, em alturas diferentes, foram incumbidos dessa tarefa. Além das iniciativas de carácter oficial, outras ficaram a dever-se a particulares, geralmente industriais¹⁰⁶. Outro veículo de informação, embora pouco utilizado, era constituído pelas publicações especializadas¹⁰⁷.

Após a exposição feita pode perguntar-se: quais os resultados de todos estes contactos? Não terão sido tão frutuozos como se desejaria¹⁰⁸, em virtude do condicionalismo do País,

cada nação, de conhecer o estado da indústria nas outras, manifestado por uma exibição universal de produtos.» (Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *O Estado e as Exposições*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, p. 3.) Dentre os vários relatórios ver, por exemplo: João de Andrade Corvo, *Relatório sobre a Exposição Universal de Paris. Agricultura*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857; Fradesso da Silveira, *Relatório do Serviço do Commissariado Portuguez em Vienna de Austria na Exposição de 1873*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.

¹⁰¹ *Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP)*, documentação não inventariada, relativa à Exposição de Londres de 1862 (transcrito no *Diário de Lisboa*, n.º 76, de 4-IV-1862). Neste como noutros casos, a documentação indicada sem referência não se encontra inventariada.

¹⁰² Cf. Fradesso da Silveira, *Relatório* [...], cit., pp. 110-121; *AHMOP*, documentos referentes à Exposição de Filadélfia, carta de Lourenço Malheiro, Lake Superior (21-V-1877).

¹⁰³ *Op. cit.*, pp. 123 e segs.; «As oficinas-escolas das Flandres», in *Estudos*, III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872.

¹⁰⁴ *AHMOP*, carta de António José Arroio, Bruxelas (27-VI-1888) e ofício (3-X-1888); *Relatórios sobre o Ensino Elementar Industrial e Commercial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 227-360.

¹⁰⁵ *AHMOP*, «Instrução para o desempenho da Comissão de que foi encarregado o cônsul de Portugal em New Castle, Jaime Batalha Reis, em virtude do despacho de S. Ex.^{cia} o Ministro das Obras Públicas datado de 27 de Janeiro de 1888».

¹⁰⁶ *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Directo*, parte I, pp. 35, 59 e 294; parte II, liv. I, p. 91.

¹⁰⁷ *Ibid.*, parte I, p. 119.

¹⁰⁸ É o que deduzimos dos seguintes factores: a) datando a invenção do tear mecânico de Jacquard de 1805 (A. Castro, *op. cit.*, p. 213), em 1881 ainda não havia em Guimarães pessoal habilitado a trabalhar com ele (*Inquérito Industrial de 1881*, parte II, liv. III, p. 264), estando então este problema também por solucionar no distrito do Porto (*ibid.*, parte II, liv. II, p. 109); b) a novidade de que ainda se revestia, em 1881, a construção de máquinas de vapor em Portugal; c) o reduzido número de patentes regis-

nomeadamente a falta de instrução profissional e de inversão de capital na indústria, assim como a mentalidade da própria burguesia, que a levaria a preterir frequentemente a actividade industrial em proveito da especulação e do comércio.

3.2 A INSTRUÇÃO PROFISSIONAL

As enormes carências no domínio da instrução profissional, afectando empresários, técnicos e operários, eram de tal ordem que constituíam um dos principais óbices ao progresso industrial¹⁰⁹. A necessidade de instrução profissional fazia-se sentir mais duramente à medida que a indústria ia progredindo — apesar das dificuldades — e a concorrência externa se intensificava.

Coube à Covilhã, a «Manchester Lusitana»¹¹⁰, a primazia relativamente à criação da primeira escola industrial (1884)¹¹¹, na mesma altura em que eram criadas escolas de desenho industrial noutras localidades do País. António Augusto de Aguiar era então ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, sendo de salientar a sua acção em prol do sector secundário. Diversas escolas foram criadas posteriormente, tendo-se recrutado professores estrangeiros para várias delas¹¹².

O alcance destas medidas viria, contudo, a revelar-se limitado, como mostram alguns testemunhos. A subcomissão nomeada para estudar as circunstâncias da indústria cerâmica nacional e propor as medidas necessárias para melhorar a sua situação (1890) entendia que o belo pensamento de António Augusto de Aguiar, com a criação das escolas industriais, não teve o desenvolvimento que era essencial para dar completo resultado. Sobrecarrega em geral o ensino nestas escolas uma parte teórica excessivamente desenvolvida, em detrimento da sua prática ou de aplicação»¹¹³. Também A. José Arroio¹¹⁴, já nos inícios do século XX, se não mostrava muito satisfeito acerca

tadas por portugueses (cf., entre muitos outros, o *Diário do Governo*, n.º 19, de 26-I-1875); d) a persistência da utilização da água como força motriz em zonas como a da serra da Estrela (*Inquérito Industrial de 1881*, parte II, liv. III, pp. 87 e 172, e, de modo especial, parte III, pp. 401-404); e) o facto de a energia eléctrica, como força motriz, só se ter difundido, com certa rapidez, já neste século.

¹⁰⁹ Entre numerosos testemunhos, ver: *Inquéritos Industriais de 1881 e 1890* e o relatório de Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa sobre a Exposição Industrial de Guimarães, em 1884 (*Diário do Governo*, n.º 243, de 24-X-1884); José de Azambuja Proença, *A Indústria de Tecidos de Lã em Portugal. Algumas Considerações sobre o Seu Atraso e Estacionamento*, Belém, Typographia Belenense, 1884, pp. 2 e segs.

¹¹⁰ *Fiação e Tecelagem. Manual do Operário*, Lisboa, Bibliotheca de Instrução e Educação Profissional, 1905, introd. (não paginado).

¹¹¹ Decreto de 3 de Janeiro de 1884 (*Diário do Governo*, n.º 5, de 7-I-1884).

¹¹² Sobre este assunto ver Joaquim Ferreira Gomes, *Escolas Industriais e Comerciais Criadas no Século XIX*, Coimbra, 1978. Sep. da *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano XII, 1978.

¹¹³ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p. 769. Observação análoga era feita relativamente ao ensino ministrado nos Institutos Industriais.

¹¹⁴ *Op. cit.*, pp. 150-151.

dos resultados do ensino industrial. Além do desequilíbrio entre o ensino teórico e o prático ¹¹⁵, a limitada frequência, pelo menos nos primeiros anos de funcionamento ¹¹⁶, terá contribuído para tornar menos eficaz o ensino industrial.

3.3 ESTAGIO DE OPERARIOS PORTUGUESES EM FABRICAS ESTRANGEIRAS

Ante a deficiente preparação profissional de técnicos e operários e a inexistência de escolas industriais, havia muito que se sentia a necessidade de fazer deslocar operários ao estrangeiro, a fim de adquirirem novos conhecimentos ¹¹⁷. Essa oportunidade surge também com António Augusto de Aguiar (1883), que abriu concurso para 8 operários ou aprendizes portugueses irem praticar em grandes «oficinas» estrangeiras, durante dois anos, a expensas do Estado ¹¹⁸. O número de concorrentes (46) revela ter havido certa receptividade, da parte de industriais e operários, à iniciativa governamental. Por sectores, destacam-se a têxtil e as actividades relacionadas com os metais ¹¹⁹ (13 e 14 operários, respectivamente), com cerca de 59 % do total. Excluindo a ourivesaria (6), dos restantes ramos — carpintaria, sapataria, tipografia, etc. — só concorreram de 1 a 3 indivíduos por cada um ¹²⁰.

Foram seleccionados 11 dos concorrentes ¹²¹, 8 dos quais partiram para a Alemanha e 1 para a Bélgica, onde já se encontravam em Outubro de 1884 ¹²². Apesar de inicialmente se prever a ida de operários para outros países — Inglaterra e França —,

¹¹⁵ O que era agravado pela circunstância de os professores estrangeiros nem sempre estarem familiarizados com a realidade portuguesa.

¹¹⁶ Ver: J. Ferreira Gomes, *op. cit.*, pp. 112 e segs.; *Diário do Governo*, n.º 129, de 11-VI-1885. «As profissões industriais são quase desprezadas, enquanto que o *bacharelato*, principalmente em Direito, merece uma preferência inacreditável. Durante dezasseis anos, desde 1867-1868 até 1882-1883, a Universidade de Coimbra conferiu 1429 graus de bacharelís formados, dos quais 990 couberam à Faculdade de Direito e os restantes às outras Faculdades.» (António José Antunes Navarro, *Memoria sobre a Viação Municipal em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, p. 13.)

¹¹⁷ «Mandam-se lá fora, para estudar, militares e mais homens de diferentes ramos de ciência, mas não se mandam os industriais.» (*Inquérito Industrial de 1881*, parte I, p. 8.)

¹¹⁸ Portaria de 15-XII-1883, em cujo preâmbulo se lê:

Considerando que a prática dos operários portugueses nas grandes oficinas dos países estrangeiros mais adiantados no progresso fabril e industrial é por certo um dos meios mais valiosos para formar um grupo de bons operários e contramestres, que necessariamente hão-de vir a influir no aperfeiçoamento do trabalho nacional [...].

¹¹⁹ Serralharia, fundição e tornearia.

¹²⁰ *Diário do Governo*, n.º 17, de 21-I-1884.

¹²¹ Predominantemente da têxtil e da serralharia (*Diário do Governo*, n.º 29, de 6-II-1884).

¹²² *AHMOP*, DGCI, RI, «Mapa dos operários que, na conformidade do concurso, cujo programa faz parte da Portaria de 15 de Dezembro de 1883, foram praticar em grandes oficinas estrangeiras, dos salários que estão ganhando e dos subsídios que estão recebendo suas famílias em Portugal».

isso não sucedeu. Porquê? A documentação consultada ¹²³ autoriza-nos a afirmar ter Portugal efectuado ¹²⁴ uma espécie de «ofensiva diplomática», sobretudo na Grã-Bretanha e em França ¹²⁵, a fim de o conseguir. As respostas provenientes do consulado-geral em Londres e dos vice-consulados em Manchêster ¹²⁶, Glasgow e Bradford são praticamente unânimes: não era possível admitir operários portugueses nas respectivas fábricas. O vice-cônsul em Glasgow, perante a recusa dos industriais em admitirem operários portugueses a estagiar ¹²⁷, sugere que talvez seja mais fácil obter permissão para a frequência do Technical College of Glasgow, cujo programa envia ¹²⁸. O teor das respostas vindas de França é sensivelmente o mesmo ¹²⁹, embora surja um elemento novo quanto à justificação da recusa: a grave crise operária que então se verificava naquele país, a qual se revestia de particular intensidade em Elbeuf ¹³⁰.

Em face do exposto — e de outros elementos que podíamos indicar —, concluímos que alguns países ¹³¹ prezavam muito a superioridade da sua indústria, procurando evitar, sempre que possível, que o mercado português se lhes fechasse para certos artigos.

Que proveito tirou a indústria portuguesa do aludido estágio de operários no estrangeiro? ¹³² Além de ser escassa a informa-

¹²³ AHMOP, DGCI, RI, documentos de dois maços não inventariados.

¹²⁴ Fundamentalmente em Abril e Maio de 1884 e em Novembro de 1885, aquando da chegada a França de um dos operários que haviam estagiado na Alemanha.

¹²⁵ Enquanto Portugal estava interessado em colocar os seus operários a «praticar» em bons estabelecimentos fabris, os citados países mostravam-se extremamente renitentes em os aceitar, pelo facto de recearem a concorrência.

¹²⁶ «A principal causa [...] é que o avultado negócio que outrora se fazia no artigo 'chitas' acha-se hoje sobretudo reduzido e limitado, já pelo desenvolvimento da indústria nacional, já pela proibição da pauta das alfândegas de Portugal, de maneira que os estampadores não desejam concorrer para novas restrições neste sentido.» (AHMOP, DGCI, RI, documento de 13-V-1884.)

¹²⁷ «Our local manufactures are feeling very severely the effects of foreign competition — and I am much afraid would not be induced to allow anyone to obtain information which might be used against themselves.» (AHMOP, DGCI, RI, documento de 6-V-1884.)

¹²⁸ AHMOP, DGCI, RI, documento de 6 de Maio de 1884.

¹²⁹ «[...] nenhum fabricante deseja admitir nas suas oficinas novos operários, e muito menos estrangeiros, que, segundo eles dizem, lhes têm sido quase sempre nocivos, por virem aprender com eles os segredos da sua fabricação, de que depois, não só se utilizam, mas até os divulgam.» (AHMOP, DGCI, RI, documento de 19 de Maio de 1884.)

¹³⁰ Segundo o vice-cônsul português em Ruão, a admissão de operários estrangeiros em Elbeuf, quando muitos dos autóctones estavam desempregados, poderia paracer provocação (AHMOP, DGCI, RI, documento de 15-II-1884).

¹³¹ Ou, se se preferir, os seus industriais.

¹³² Iniciativa da qual alguns muito esperavam: «[...] A. A. d'Aguiar acaba de promulgar uma medida que poderá trazer consigo a regeneração completa da indústria portuguesa. S. Ex.^a acaba de mandar por conta do Estado para os países estrangeiros alguns operários portugueses dos mais inteligentes de todas as indústrias, a fim de aí aprenderem e estudarem

ção sobre o assunto, existe um elemento pouco lisonjeiro sobre um dos operários. Trata-se de Manuel Carvalho Rosinha, que, tendo estagiado na Alemanha ¹³³, foi posteriormente colocado como mestre da oficina de tecelagem da Escola Industrial da Covilhã, inaugurada em 1887. Segundo Fonseca Benevides, os resultados da experiência naquela oficina não corresponderam ao que se esperava ¹³⁴ e desejava, porque «o mestre Rosinha não apresentou nem novidades nem melhoramentos naquela importante indústria fabril e mostrou que *não tinha nem aptidão nem zelo para ensinar*» ¹³⁵. Julgamos, todavia, que a referida experiência terá sido negativa mais por falta de aptidões pedagógicas ¹³⁶ que profissionais ¹³⁷. Sobre os restantes operários não encontramos referências, mas é nossa opinião que, se não conseguiram efectuar uma «regeneração completa da indústria» ¹³⁸ — além do mais, o seu reduzido número e o estado desta não o permitiriam —, pelo menos terão dado algum contributo para o progresso dos estabelecimentos e ramos de actividade a que se dedicavam ¹³⁹.

CONCLUSÃO

1. O relativo progresso industrial na transição de Setecentos para Oitocentos foi fortemente contrariado pela concorrência britânica, as Invasões Francesas e a independência do Brasil.

2. O livre-cambismo, a partir de meados do século XIX, facilitou a acção da burguesia rural e comercial e da própria concorrência externa. O descontentamento e a fraqueza da burguesia industrial manifestam-se muito claramente em 1881 (*Inquérito Industrial*), tendo conseguido depois ver satisfeitas algumas das suas exigências (ensino industrial e protecção-nismo).

3. A tentativa de arranque nos finais do século passado (na têxtil, especialmente na indústria algodeira, e noutros ramos),

os processos mais aperfeiçoados usados lá fora.» (J. de Azambuja Proença, *op. cit.*, pp. 13-14.)

¹³³ Por proposta da empresa de António Alves Bebiano & Filho, de Castanheira de Pêra, onde então trabalhava.

¹³⁴ Opinião igualmente expressa por J. Ferreira Gomes, *op. cit.*, p. 138.

¹³⁵ Francisco da Fonseca Benevides, *Relatório sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Sul (1889-1890)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890 (sublinhado nosso).

¹³⁶ As quais se alude expressamente na citação feita.

¹³⁷ É o que inferimos da leitura de um relatório, datado de 21-IX-1886, onde Carvalho Rosinha relata a actividade desenvolvida na fábrica onde estagiou (na cidade de Cottbus, a 125 quilómetros de Berlim, a qual tinha então 30 000 habitantes e 25 fábricas de lanifícios). Tendo sido, ao fim de dois meses, nomeado contramestre da secção de tecidos, desenvolveu ainda certa «espionagem industrial» ao visitar, sem autorização do proprietário da fábrica, as restantes secções.

¹³⁸ Cf. nota 132.

¹³⁹ Alguns anos mais tarde (1889), a Câmara Municipal de Lisboa resolveu também enviar 36 operários e artistas estagiar em Paris (*O Conimbricense*, n.º 4340, de 2-IV-1889).

deveu-se a vários factores, entre os quais a protecção pautal e o mercado colonial.

4. Sobretudo a partir dos anos 70 de Oitocentos, a Grã-Bretanha passa a ter em Portugal e nas colónias africanas a concorrência de outros países — Alemanha, França, Bélgica e Estados Unidos —, tanto nas exportações como nos investimentos em certos domínios (transportes, gás, electricidade, banca, etc.).

5. Tentou atenuar-se o desfasamento tecnológico português através do envio de diversas comissões ao estrangeiro e da criação de escolas industriais (desde 1884).

6. Antes de aquelas escolas e respectivas oficinas começaram a desempenhar a sua função, foram enviados operários estagiar no estrangeiro. A resistência de alguns países — essencialmente Grã-Bretanha e França — em os aceitar patenteia quanto desejavam que o mercado português continuasse disponível para os seus produtos, o que só seria praticável mantendo-se o acentuado desnível tecnológico entre a indústria portuguesa e a dessas nações.